



EDITAL/0071/2026

CONCURSO DE RECRUTAMENTO DE UM PROFESSOR ASSOCIADO PARA A FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA NA ÁREA DE NEUROCIÊNCIAS CLÍNICAS

A Doutora Isabel Maria de Oliveira Capelo Gil, Reitora da Universidade Católica Portuguesa (UCP), faz saber que se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso, concurso para recrutamento de um Professor Associado, na área disciplinar de Neurociências Clínicas.

Em conformidade com o disposto nos Estatutos da UCP (EUCP), no Estatuto da Carreira Docente e de Investigação da UCP (ECDIUCP) e no Regulamento de Concursos de Recrutamento de Professores Associados e Catedráticos da UCP, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

1. Requisitos de admissão:

Ser titular do grau de Doutor há mais de quatro anos, nos termos do artigo 22.º do ECDIUCP.

O candidato deve ter doutoramento na área da Neurologia ou áreas inter-relacionadas. A sua produção científica deve demonstrar um percurso relevante nas Neurociências Clínicas, com ênfase em investigação clínica e neuroimagem funcional de patologias neurológicas prevalentes. Valoriza-se experiência em avaliação diagnóstica, organização de serviços de saúde, coordenação de estudos clínicos e participação em estruturas de apoio à investigação clínica e translacional.

Os requisitos de candidatura são os constantes nos artigos 12.º e 22.º do ECDIUCP e nas demais condições referidas neste edital.

2. A admissão dos candidatos observa o artigo 46.º dos EUCP.

O requerimento de admissão a concurso, dirigido à Reitora, deve ser enviado à Direção da Faculdade de Medicina (diretor.fm@ucp.pt), acompanhado dos seguintes elementos em formato digital:

- Documentos comprovativos de que o candidato reúne os requisitos para ser opositor, fixados no número anterior;
- Curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, bem como das atividades académicas e pedagógicas desenvolvidas.
- Declaração de identificação com a natureza e fins específicos da UCP.

3. A Reitoria comunica aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, baseando-se este último no não preenchimento das condições para tal estabelecidas. Os candidatos não admitidos podem pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis, sendo a decisão final tomada no prazo máximo de 30 dias úteis.

4. Os candidatos admitidos a concurso devem juntar, no prazo de 30 dias úteis, contado da data da notificação do despacho de admissão (documentos entregues em formato digital):

- Cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*;
- Relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias de uma das Unidades Curriculares do Mestrado Integrado em Medicina que lecionem.
- Um plano de desenvolvimento de carreira que inclua o projeto científico e pedagógico que se propõem desenvolver na Universidade.

Reitoria



5. A admissão em mérito absoluto dos candidatos depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente, revestir mérito científico, capacidade de investigação, valor da atividade pedagógica e de outras atividades relevantes para a missão da Universidade, já desenvolvidas e compatíveis com as áreas disciplinares em que foi aberto o concurso, e adequadas à respetiva categoria docente.

6. Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores associados, as condições e finalidades dos concursos e o propósito de assegurar transparência aos critérios de avaliação e seleção dos candidatos, são estabelecidos os seguintes critérios de seriação em mérito relativo:

I. Componente Científica do *Curriculum Vitae* (40);

Publicações de livros, capítulos de livros, artigos e textos em revistas e volumes de atas com arbitragem científica na área em que o concurso é aberto	0-15
Coordenação, participação e/ou avaliação de projetos/redes de investigação	0-10
Conferências, comunicações e posters em eventos científicos	0-5
Organização de eventos científicos (cursos, seminários, encontros, etc.)	0-5
Prémios e distinções	0-3
Cursos, Bolsas, Cargos científicos	0-2

II. Componente Pedagógica do *Curriculum Vitae* (30);

Lecionação variada	0-15
Orientações de teses, dissertações, relatórios, monografias e outros trabalhos de investigação	0-10
Participação em júris académicos de provas e concursos	0-5

III. Componente de serviço do *Curriculum Vitae* (5);

Participação em atividades de divulgação e formação científica, grupos de estudo, comissões científico-pedagógicas, revisões <i>ad hoc</i> de artigos de revista; atividades de extensão universitária e serviço à sociedade civil (sociedades científicas, grupos de trabalho, presença nos media, etc.).	
--	--

IV. Relatório (15)

Relatório sobre o programa, conteúdos, bibliografia e métodos de ensino e avaliação da disciplina, ou de uma das disciplinas, da área para que é aberto o concurso, que leciona.

V. Plano de desenvolvimento de carreira (10)

Em todos os elementos de ponderação do *curriculum vitae* devem ser valorizadas as candidaturas cuja produção científica e experiência de investigação e lecionação se situem na área ou nas áreas disciplinares para que é aberto o concurso.

7. Para o efeito de seriação dos candidatos, cada membro do júri procede, separadamente, à graduação em mérito relativo dos candidatos e, em função disso, participa na votação para 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação de todos os candidatos



aprovados em mérito absoluto. Concluída a aplicação dos critérios de seriação, o júri procede à elaboração do projeto de lista unitária de ordenação dos candidatos.

8. O projeto de lista de ordenação, com respetiva fundamentação, incluindo quanto à não-inclusão nela dos candidatos não admitidos em mérito absoluto, é notificado aos candidatos para audiência escrita, pelo prazo de 10 dias úteis, sendo, na sequência disso, a lista de ordenação adotada pelo júri no prazo máximo de 30 dias úteis.

9. A deliberação final do júri, a proferir no prazo máximo de 150 dias, contado desde a data de publicação do despacho de sua nomeação, é lavrada em ata, com indicação dos votos individualmente expressos e dos respetivos fundamentos, não sendo permitidas abstenções.

10. No prazo de 8 dias úteis, a decisão final, juntamente com as atas, é enviada à Reitora para que esta profira despacho de homologação da lista de ordenação e a mande publicar.

11. Composição do júri

Doutora Isabel Maria de Oliveira Capeloa Gil, Professora Catedrática, Reitora da Universidade Católica Portuguesa, que preside

Doutora Maria Isabel Jacinto Santana, Professora Catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Doutor Nuno Jorge Carvalho Sousa, Professor Catedrático na Escola de Medicina da Universidade do Minho

Doutor João José Fernandes Cardoso de Araújo Cerqueira, Professor Catedrático da Escola de Medicina da Universidade do Minho

Doutor Alexandre Lemos de Castro Caldas, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa

Doutor António Medina de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa

12. O presente concurso pode não ser preenchido na sua totalidade, se razões de ordem orçamental, supervenientes à sua abertura, o determinarem.

13. O presente concurso pode ser anulado quando:

- Ficar deserto;
- Ocorrer qualquer caso de força maior
- Razões de ordem orçamental, supervenientes à abertura do concurso, o determinem.

14. Política de Privacidade

A UCP é a Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste concurso de recrutamento destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela UCP com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável para a sua contratação. A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.



Os dados pessoais do Titular, se tal for indispensável para o cumprimento das obrigações da UCP, poderão ser transmitidos a terceiros, a saber, às Entidades Financiadoras identificadas no presente Edital.

O prazo de conservação dos dados corresponderá ao prazo de cinco anos legalmente definido.

O Titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excepcionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O Titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados. Direitos do Titular dos Dados Pessoais: <https://www.ucp.pt/pt-pt/direitos-do-titular-dos-dados> .

Para o exercício dos respetivos direitos, contactar a Universidade através do endereço de e-mail compliance.rgpd@ucp.pt. O Titular dos dados tem sempre o direito de contactar e dirigir uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

15. Política de não discriminação e de igualdade de acesso

A UCP promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

16. Notas finais

O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até à homologação das listas de ordenação final dos candidatos e caduca com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

Com o(a) candidato(a) selecionado(a) será celebrado contrato de docente associado de acordo com o que dispõe o ECDIUCP.

Lisboa, 21 de maio de 2026.

A Reitora